



Quarta, 29 de Novembro de 2006

Capa

Direto da Redação

Busca no DC

Artigos

Dois: Pontos

Opinião

Cadernos

Boa Viagem

Cidades

DCarro

DCinema

DCultura

Economia

Esporte

Geral

Informática

Internacional

Logo

Política

Terceiro Setor

Seções

Índice de notícias

Especiais

Institucionais

Feirão do Imposto

Impostômetro

De Olho na Câmara

Calc. do Imposto

ACSP

Expediente

Fale Conosco

Anuncie

Serviços

Tempo

Loterias

Calendário

ACSP Empresas

Biblioteca ACSP

A lei das S/As

Nova lei do Simples

A lei geral das MPes

Publicações

Guia das entidades

Consulta de cadastro

Cidades

Mais R\$ 3,6 mi para revitalização da Cracolândia

Rejane Tamoto

O processo de revitalização da Luz, região central da cidade conhecida como Cracolândia, pode voltar a caminhar no início do próximo ano. A região recebeu uma injeção de recursos da ordem de R\$ 3,6 milhões, captados da iniciativa privada pela Operação Urbana Centro, que reúne 14 entidades da sociedade civil, entre elas autarquias e secretarias públicas e organizações não-governamentais (ongs).

O objetivo é que a verba seja destinada a desapropriações. Além disso, a Prefeitura deve disponibilizar um edital de habilitação para obtenção de incentivos fiscais na região da Nova Luz dentro de 30 dias. Um primeiro edital para consulta pública, retirado do site ontem, já obteve o pedido de 20 empresas interessadas em investir na área.

Essas medidas retomam o andamento, mesmo que a passos lentos, do projeto Nova Luz. As entidades que representam as empresas do setor de tecnologia esperam que o projeto saia logo do papel. Para o comércio de rua, que já está na Cracolândia, as medidas são vistas com ceticismo. Isso porque os problemas antigos persistem na região, como a presença de vendedores e consumidores de drogas.

Há cerca de dois meses, a Secretaria Municipal de Saúde, em parceria com a Subprefeitura da Sé, Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e 3ª Delegacia de Polícia da capital, anunciou um projeto para recolher e tratar os viciados da Cracolândia. O projeto não saiu do papel. Segundo informações da Secretaria de Saúde, a idéia não foi levada adiante devido à promulgação da Medida Provisória (MP) 297, em outubro passado. A MP, do governo federal, determina que a contratação de agentes comunitários de saúde seja feita pelo regime CLT. Na ocasião de lançamento do projeto, a Prefeitura havia previsto a contratação por meio de uma associação, a Centro Social Bom Parto.

Desapropriações - Os recursos de R\$ 3,6 milhões da Operação Urbana Centro serão empenhados na desapropriação de nove terrenos localizados em duas quadras na rua dos Gusmões. No local serão construídos dois prédios residenciais de interesse social pela Companhia de Habitação e Desenvolvimento Urbano (CDHU), em convênio com a Prefeitura e a Caixa Econômica Federal (CEF). "Ao todo serão 170 unidades habitacionais para famílias com renda de até seis salários mínimos. Estamos estudando os critérios de seleção do público comprador. Provavelmente serão funcionários públicos que trabalham no Centro e ainda não têm imóvel próprio", afirmou Rovena Negreiros, gerente do projeto Nova Luz da Empresa Municipal de Urbanização (Emurb). Segundo Rovena, todo o processo – entre a desapropriação dos terrenos e a construção dos dois prédios – deve terminar em 2008.

A idéia é que, com pessoas residindo na região, seja dado mais um passo para a revitalização da Cracolândia. "A habitação tira o caráter comercial e leva uma população a frequentar a área 24 horas por dia", disse Rovena. Para entidades que representam os empresários do setor de tecnologia e para a Associação Viva o Centro – integrante da Operação Urbana Centro – a iniciativa deve agilizar o processo de revitalização, que caminha a passos lentos há mais de um ano, quando o projeto Nova Luz foi anunciado.

Segundo o superintendente da Associação Viva o Centro, Marco Antônio Ramos de Almeida, o objetivo é que a região receba não só empresas do setor de tecnologia e de informática, mas também empresas do setor de serviços e de investimentos habitacionais. "A liberação de recursos para desapropriações em uma área de utilidade pública é o primeiro passo para a construção de um projeto habitacional de interesse social. Com isto, está aberta a possibilidade de construção de outros empreendimentos imobiliários, inclusive os de padrão de renda média. Os recursos marcam o reinício da Operação Urbana Centro, que esteve paralisada há um ano", disse.

Edital - Outra medida para que o projeto de revitalização da Cracolândia volte a caminhar é a publicação no site da Prefeitura (<http://www.prefeitura.sp.gov.br>) de uma consulta pública de um edital de habilitação de incentivos fiscais, com todos os critérios de seleção e formulários. O edital, retirado do site na noite de ontem, gerou a resposta de cerca de 20 empresas interessadas em investir na região. A gerente do projeto Nova Luz, da Emurb, disse que somente as empresas que apresentarem projetos de

Fotos de Newton Santos/Hype



Greche, gerente de um guarda-volume, disse que os comerciantes ainda têm muitas dúvidas sobre o destino da região.

investimentos superiores a R\$ 50 mil estão sujeitas à seleção. "Estes projetos serão analisados pelo Conselho da Nova Luz (Coluz), que selecionará as empresas que devem receber benefícios fiscais", afirmou Rovená. Dentro de 30 dias, será publicado o edital de habilitação de empresas que se manifestaram durante a consulta pública.

A lei de incentivos seletivos para a Nova Luz, nº 14.096, de 8 de dezembro de 2005, especifica que investimento é toda despesa para implantação, expansão ou modernização de empresas que desenvolverem atividades na região, no perímetro iniciado na intersecção da avenida Rio Branco com a Duque de Caxias, rua Mauá, avenida Cásper Líbero, Ipiranga e Rio Branco até o ponto inicial. Podem participar do edital não só empresas do ramo de tecnologia, mas também do setor de serviços, de segmentos diversos, que vão de creches, shoppings, supermercados a academias, laboratórios, serviços gráficos e galerias de arte entre outros.

Os benefícios aos empreendedores terão duração de cinco anos e podem ser obtidos por meio de Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento (CID), que corresponde a 50% do valor de investimentos em imóveis de uso residencial e em atividades comerciais. Para os empreendimentos do setor de prestação de serviços, o CID é de 80% sobre o valor investido. Dentre os incentivos fiscais, estão em lei a redução de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), ITBI (Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis), e de 60% do ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).

Ao todo, a Prefeitura deixará de receber, em tributos, cerca de R\$ 800 milhões. "O importante, nesse projeto, é a geração de empregos. Uma estimativa da Prefeitura é que sejam abertos 8 mil postos de trabalho naquela área da cidade", afirmou o diretor do Instituto de Tecnologia do Software (ITS), José Vidal Bellinetti.

Das 100 empresas do setor de tecnologia que a ITS representa, cerca de 15 já manifestaram interesse em participar do edital e empreender na Nova Luz. Segundo Bellinetti, o projeto de revitalização para a região da Luz é mais amplo e inclui a transferência de equipamentos públicos do município, caso da Prodam (Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação) e da Subprefeitura da Sé.

O processo de desapropriação de terrenos para a construção destes prédios públicos, segundo Rovená, ainda está em análise na Justiça, já que o valor havia sido contestado pelos proprietários. A Prefeitura quer pagar R\$ 2,7 milhões aos donos dos terrenos que receberão a Prodam e R\$ 2,9 milhões para a Subprefeitura da Sé.

"As melhorias urbanísticas trarão uma visibilidade maior para a região. Acredito que com a identificação das empresas que querem investir na região, os trabalhos se iniciem e o projeto saia logo do papel", disse Bellinetti.

O diretor-executivo da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes), Anselmo Gentile, acredita que o setor de tecnologia deve alavancar a revitalização da Luz. "Esta é a grande oportunidade, já que os empresários do setor discutem a ideia há muitos anos. As condições são favoráveis e o projeto começa a se tornar realidade", disse. A entidade representa 300 empresas na Grande São Paulo e também o setor de tecnologia no Coluz.

Cracolândia - Atualmente, a rua dos Gusmões, alvo de desapropriações para a construção de prédios da CDHU tem pequenos comércios de rua do setor de informática e de serviços. Segundo a gerente do projeto Nova Luz os primeiros imóveis a serem desapropriados serão os estacionamentos.

Alguns dos comerciantes estabelecidos na Cracolândia consideram que já participam do processo de revitalização, isolados, e desconhecem as propostas de benefícios fiscais do projeto Nova Luz. Na rua dos Gusmões, que será desapropriada, o comércio tem investido na melhoria de fachadas, mas teme que tal gasto seja em vão, diante da possibilidade de desapropriações. Um deles, o gerente do guarda-volume Estoque Seguro, Francisco Greche Júnior, de 21 anos, se instalou há dois meses na rua dos Gusmões. "Investimos muito na compra de dois galpões, mas ainda temos dúvidas. Há muita burocracia e falta de informação. Nós, comerciantes, fazemos tudo sozinhos e não temos conhecimento do benefício fiscal", disse.

Um dos itens bancados pelos comerciantes é a segurança. Greche conta que os nórias (viciados em drogas) continuam na região. "Entre uma e outra operação policial eles diminuem, mas sempre voltam", disse.

Quem compartilha dessa opinião é o dono do estacionamento Only Park, Francisco Molina Filho, de 54 anos. "Há 13 anos participo da revitalização da Luz, ao pagar impostos e retirar os nórias da porta do estabelecimento durante o dia. Estão querendo desapropriar os estacionamentos e, se me procurarem, pedirei indenização. Agora, que está melhorando, tenho direito de ficar", disse.

Para Bellinetti, do ITS, é necessário que os empresários que forem para a Luz trabalhem com a comunidade local e, assim, participem ativamente da revitalização. "Somente os subsídios não devem ser a razão das empresas irem para a área. É importante empregar a população local, treinar e capacitar pessoas, para que elas tenham condições de participar do desenvolvimento da região. Isso, inclusive, muda a imagem de insegurança, que é subjetiva. A aparência de insegurança pode ser revertida com a incorporação de populações locais e com a modernização do comércio existente na região", disse.



Topo



Imprimir



Enviar Notícia

© Copyright 2006 Diário do Comércio - Todos os direitos reservados
